

**TRANSFORMAÇÕES NA ALIMENTAÇÃO EM SANTARÉM (PA) COM FOCO NO
VAREJO**
*TRASNFORMATIONS IN FOOD CONSUMPTION IN SANTARÉM (PA) WITH A
FOCUS ON RETAIL*

Ítalo Adriano Pedroso Vidal
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
italopedrosovidal@gmail.com
Gabriel Marinho Alves
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
gabriel.marinhoaz31@gmail.com
Sandro Augusto Viegas Leão
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
sandroleao93@gmail.com
Andrea Simone Rente Leão
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
asgrente@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho (GT): 10. Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional e Dinâmicas de Consumo.

Resumo

Este artigo analisa as transformações da alimentação dos habitantes de Santarém - PA, com um foco particular no varejo, avaliando como a presença das grandes redes de supermercados influenciam o consumo de produtos originários de fora da região em detrimento dos produtos locais, especialmente aqueles da produção familiar, e sua distribuição nas feiras do município, sejam eles da cidade ou de comunidades vizinhas. A preocupação com a segurança alimentar é evidenciada tanto com a observação da diminuição da participação da agricultura familiar no valor bruto da produção, com destaque para a região Nordeste e Norte, quanto com a queda de produtos orgânicos, pois grande parte da produção está presente na alimentação da população brasileira. O trabalho analisa como a presença de grandes supermercados com produtos, em sua maioria industrializados, impacta o consumo local em comparação com os produtos da região, no caso de frutas, legumes e hortaliças. A pesquisa possui caráter qualitativo, sendo conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, com observações de campo em um grande supermercado (~~Atacadão~~) e em uma feira (Cohab), e análise quantitativa de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) especificamente do Censo Agropecuário de 2017, da Pesquisa da Produção Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). A pesquisa indica que a região da cidade de Santarém, tem passado por significativa transformação na paisagem alimentar, especialmente após a chegada de atacadistas e varejistas do setor de alimento. Com a chegada de grandes redes de supermercados varejistas, a alimentação da população local reduz o consumo de produtos e cultivos locais e concentra o foco em produtos oriundos de processos industriais, como os ultraprocessados, assim como produtos de hortifruti de outras regiões do país. Por fim, a pesquisa destaca preocupação com os desafios relacionados à segurança alimentar e nutricional da população, tendo em vista essas dinâmicas e tendências globais de urbanização.

Palavras-chave: Abastecimento alimentar; Urbanização; Segurança alimentar; Agricultura familiar; Supermercados varejistas.

Abstract

This article analyzes the transformations in the eating habits of the inhabitants of Santarém - PA, with a particular focus on retail, assessing how the presence of large supermarket chains influences the consumption of products from outside the region to the detriment of local products, especially those from family farming, and their distribution in the city's markets, whether from the city itself or neighboring communities.

Concerns about food security are highlighted both by observing the decline in the participation of family farming in the gross production value, especially in the Northeast and North regions, and by the decrease in organic products, as a significant portion of this production is part of the Brazilian population's diet.

The study examines how the presence of large supermarkets, which primarily offer industrialized products, impacts local consumption compared to regional products, particularly in the case of fruits, vegetables, and greens.

This research is qualitative in nature and is conducted through a literature review, field observations in a large supermarket (Atacadão) and a market (Cohab), and a quantitative analysis of secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), specifically from the 2017 Agricultural Census, the Municipal Agricultural Production Survey (PAM), and the Municipal Livestock Survey (PPM).

The study indicates that the Santarém region has undergone significant transformations in its food landscape, particularly following the arrival of wholesale and retail food sector chains. With the arrival of large retail supermarket chains, the local population's diet has shifted away from locally produced foods and crops, focusing instead on industrially processed products, such as ultra-processed foods, as well as fruits and vegetables from other regions of the country.

*Finally, the research highlights concerns about the challenges related to food and nutritional security, considering these dynamics and global urbanization trends.***Key words:** Máximo 5

1. Introdução

A alimentação é um aspecto fundamental da cultura e da identidade de uma sociedade, e suas mudanças podem refletir não apenas o acesso a diferentes alimentos, mas também a influência de fatores econômicos, sociais e culturais. Apesar de haver algumas semelhanças entre o Brasil e o resto do mundo na cesta de alimentos em relação alguns produtos devido a globalização, estudos sugerem que há grande diversidade global, tanto em termos de renda quanto na forma como os alimentos são disponibilizados, além de outros fatores que influenciam o consumo alimentar em escala global (MORATOYA *et al.*, 2013).

Segundo o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo” (SOFI), divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), houve uma melhora no quadro geral da insegurança alimentar na América Latina e Caribe. No entanto, no Brasil o relatório confirma a deterioração dos indicadores de fome e insegurança alimentar, sendo um dos 66 países que mais contribuíram para o total de pessoas subnutridas no mundo. De acordo com os dados do relatório, 70,3 milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar moderada de 2020 a 2022, o que significa que tiveram dificuldade para se alimentar. Além disso, 21,1 milhões de pessoas no país vivenciaram insegurança alimentar grave para o mesmo período, que é caracterizada pelo estado de fome (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2023).

No Brasil, foi promulgada a Lei nº 11.346, promulgada em 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Suas ações visam formular e implementar políticas, planos e programas

para garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2006).

Essa lei é importante, pois visa a implementação desse direito de forma a assegurar o acesso à alimentação adequada e saudável. Pode-se ver os esforços nas implementações de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que prioriza alimentos de origem da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que busca promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar, assim como as transferências de renda pelo Programa Bolsa Família (BRASIL, 2024).

Não obstante, um fator necessário a ser considerado nessa dinâmica é a urbanização global, uma megatendência que está remodelando os sistemas agroalimentares em todo o mundo. Essa transformação, combinada com mudanças nos rendimentos, emprego e estilos de vida, apresenta desafios e oportunidades para garantir que todos tenham acesso a dietas saudáveis a preços acessíveis. A urbanização não apenas afeta as grandes cidades, mas também áreas periurbanas e vilas médias e pequenas, que desempenham um papel crucial na ligação entre o rural e o urbano. Mercados nessas zonas são motores significativos da transformação dos sistemas agroalimentares (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2023).

Os desafios apontados englobam a disponibilidade insuficiente de vegetais e frutas em quase todas as regiões do mundo que dificulta a satisfação das necessidades diárias de uma alimentação saudável. Além disso, destaca a urbanização que tem contribuído para a disseminação de alimentos convenientes, pré-preparados e rápidos, muitas vezes ricos em energia, gorduras, açúcares e/ou sal. Esses alimentos, embora cada vez mais abundantes, também se tornam mais acessíveis em termos de custo (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2023).

Desta maneira, no contexto específico de Santarém, localizada no estado do Pará, a expansão do varejo alimentar, representada por redes de grandes supermercados, pode estar desempenhando um papel central na reconfiguração dos hábitos alimentares locais. A cidade tem experimentado significativas transformações em sua paisagem alimentar nas últimas décadas. Com a chegada de grandes supermercados atacadistas e varejistas, a dinâmica de consumo alimentar da população local tem passado por mudanças substanciais.

Por isso, é extremamente necessário compreender as dinâmicas de consumo urbano e produção rural, uma vez que estes podem sofrer alterações no decorrer dos anos em face das mudanças e transformações econômicas e sociais. Portanto, este artigo tem como objetivo descrever as transformações na alimentação em Santarém a partir da origem dos alimentos com foco no abastecimento em supermercados e feiras públicas municipais, avaliando como a presença de grandes supermercados influencia o consumo de produtos originários de fora da região em detrimento dos produtos locais, principalmente da agricultura familiar, sejam eles da cidade ou de comunidades vizinhas.

Apresenta-se neste trabalho as principais observações decorrentes de duas aulas de campo, nas quais foram realizadas uma visita a um supermercado atacadista e uma feira local na cidade de Santarém. As observações visam destacar os produtos mais prevalentes nas prateleiras do estabelecimento e a contribuição dos produtos locais para o mercado regional. Para tanto, esta investigação visa fornecer uma visão, muito embora introdutória, dos hábitos de consumo e das dinâmicas de desenvolvimento econômico, em termos de produção e comercialização de produtos necessários na alimentação em uma região de vital importância para o estado do Pará.

Para embasar essa pesquisa, recorreu-se a diversas fontes que abordam temas relacionados à alimentação, mudanças no consumo alimentar e a influência de grandes redes de supermercados em áreas

urbanas. Destaca-se, por exemplo, as análises de Castro e Cunha (2017) sobre a relação entre a produção agrícola local e o abastecimento de alimentos em cidades amazônicas são relevantes para se compreender o contexto específico de Santarém, além dos estudos de Sambuichi *et al.* (2022) sobre a transição nutricional de populações brasileiras e a segurança alimentar e Maluf *et al.* (2024) sobre mudanças nos padrões de consumo alimentar que surgem da dinâmica dos modelos agroindustriais.

Ademais, fez-se uma apresentação de trabalhos relacionados a agricultura familiar e produção rural a nível de Brasil a partir dos Censos Agropecuários. O trabalho de Guanziroli, Di Sabbato e Buainain (2020) avaliam se houve estabilização ou declínio da agricultura familiar em relação à participação no Valor Bruto da Produção. Os resultados apontam uma queda na participação, principalmente na região norte e nordeste, explicados por fatores conjunturais, clima e aumento da produção de não familiares com o bom desempenho das commodities.

A pesquisa de Teixeira (2019) faz um levantamento da realidade do quadro de estabelecimentos familiares e analisa a evolução da produção destes em relação ao total produzido no Brasil a partir de 2006 e 2017. O autor aponta uma queda acentuada no número de estabelecimentos familiares, bem como se observa não apenas uma redução na participação de alimentos importantíssimos para alimentação da população brasileira, mas também uma redução de alimentos orgânicos com o aumento do uso de agrotóxicos.

Como dito, apresentar-se-á os resultados e análises das aulas de campo realizadas no supermercado Atacadão e na Feira da Cohab, evidenciando as origens da alimentação da população local, bem como a influência desses estabelecimentos no consumo de produtos de origem regional e extrarregional. E através de uma análise descritiva de dados secundários obtidos no Censo Agropecuário 2017 e nas pesquisas no site do IBGE/SIDRA (2023), será apresentado a região do objeto de estudo bem como apresentar as especificidades quanto a sua produção rural.

Por fim, será feito algumas observações da região de Santarém a partir desse levantamento acerca de sua produção rural. Logo em seguida, é comparado os resultados das observações realizadas na feira e no supermercado, comparando a origem dos alimentos, classificação e organização interna de comercialização. Ao final, é feita as devidas considerações finais acerca das características observadas e analisadas no município e da literatura encontrada.

2. Agricultura Familiar e Segurança Alimentar no Brasil

A agricultura familiar no Brasil exerce um importante papel como principal fonte de abastecimento de alimentos do mercado interno. Apesar de representar uma significativa parcela na produção nacional, os agricultores familiares ainda carecem de sistemas de produção apropriados à sua capacidade de investimento, ao tamanho de suas propriedades rurais e ao tipo de mão-de-obra empregada (ARMANDO *et al.*, 2002).

Na região norte do país, este modelo agrícola é caracterizado pelo cultivo de pequenas áreas de terra por parte de famílias, com uma produção diversificada que inclui cultivos tradicionais da Amazônia, há exemplo da mandioca, o açaí e diversas frutas e hortaliças (NEPSTAD *et al.*, 2006). A agricultura familiar é uma fonte significativa de alimentos frescos e de qualidade para a população local, além de contribuir para a geração de empregos e a manutenção da cultura regional (IBGE, 2017).

Não obstante, grandes áreas de terras são destinadas à produção de commodities agrícolas, como soja e milho, destinadas à exportação. A pesquisa realizada por Nepstad *et al.* (2006) destaca que essa expansão tem implicações profundas para o uso da terra na região, resultando em desmatamento e degradação ambiental significativas. Além disso, essa expansão agrícola pode ter impactos diretos na dinâmica econômica local, repercutindo nas relações entre o agronegócio e a agricultura familiar.

O termo agronegócio, utilizado na academia brasileira a partir do início da década de 1990, é resultado da tradução para a língua portuguesa da palavra *agribusiness*, alcunhada pelo americano J. H. Davis, em 1955, na Universidade de Harvard, e difundido na literatura internacional desde então. Esse economista definiu o agronegócio como a “soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários [...] o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados.” (DAVIS; GOLBERG, 1957 apud GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 65).

O agronegócio não é, como muitos equivocadamente acreditam, uma forma de se produzir na agricultura. O conceito/categoria analítica se refere a um sistema que integra diferentes atividades econômicas que tem como eixo articulador a agropecuária. Essa atividade agropecuária, por sua vez, incorpora diferentes formas sociais de produção (CAUME, 2009).

Quando se fala em agronegócio, portanto, se está referindo a um processo econômico, historicamente evolutivo, de vinculação subordinada das tradicionais atividades agropecuárias a outros setores da economia. O termo remete não a particulares agentes econômicos, mas a uma multiplicidade de atores que participam desse processo integrador: agricultores, fabricantes de máquinas, implementos e insumos agrícolas, transformadores da produção agropecuária, bancos, Estado, comerciantes, distribuidores, transportadores, armazenadores e outros (CAUME, 2009).

A presença de grandes supermercados em áreas como Santarém, na região oeste do estado do Pará, pode influenciar substancialmente o consumo de produtos oriundos do modelo de produção do agronegócio. Maluf *et al.* (2024), apontam que a oferta de produtos agrícolas provenientes de grandes monoculturas, como a soja, tem aumentado nas prateleiras dos supermercados. Isso pode levar a mudanças nos padrões alimentares e de consumo de duas formas, primeiro com a presença e o aumento da disponibilidade de produtos industrializados e, segundo, há uma redução no consumo de alimentos frescos.

Essas mudanças nos padrões de consumo alimentar podem ter implicações diretas na relação entre o agronegócio e a agricultura familiar. A dinâmica produtiva agrícola de um espaço interfere na organização social do território, especialmente com relação à produção de alimentos para abastecimento local ou exportação. Essas questões estão diretamente relacionadas à economia, à política governamental e à inserção ou não da participação das pessoas no controle dos sistemas alimentares (CORRÊA *et al.*, 2019).

A agricultura familiar, historicamente responsável pela produção de alimentos locais e diversificados, pode encontrar competição e desafios significativos quando confrontada com a oferta de produtos do agronegócio nos supermercados. Conforme observado por Corrêa e Gerardi (2002), essa competição pode afetar a renda e a viabilidade dos agricultores familiares, além de potencialmente reduzir a disponibilidade de produtos regionais nos mercados.

Dados do censo agropecuário 2017-2018 mostram que 76,8% do total de 5,073 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil caracterizam-se como pertencentes à agricultura familiar, em consonância com o decreto 9.064, de 31 de maio de 2017. A produção gerou receita de 106, 5 bilhões de reais, 23% do total (NETO; SILVA; ARAÚJO, 2020).

Segundo Neto, Silva e Araújo (2020), em estudo sobre a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia, com base no Censo Agropecuário 2016-2017 revelam em um conjunto de 65 produtos, a agricultura familiar teve participação de 5,7%. Ao excluir dos produtos a soja, o milho, o trigo e a cana de açúcar, que são culturas industriais em médias e grandes áreas, a agricultura familiar apresentou 30% do total produzido, representado em toneladas.

Não obstante, a participação da agricultura familiar em grande parte dos produtos hortícolas e em algumas espécies frutíferas apresenta significativa importância, como por exemplo o morango com 81,2% da produção no país. Com relação à produção pecuária, dados do Censo Agropecuário 2016 e 2017 demonstram que 31% do número de cabeças bovinas, 45,5% das aves, 51,4% dos suínos, e 70,2% de caprinos atribuíram-se à agricultura familiar. Além disso, tal segmento produziu 64,2% da produção de leite nos anos referentes à pesquisa do Censo, conforme analisado por Neto, Silva e Araújo (2020).

No trabalho realizado por Guanzirolí, Di Sabbato e Buainain (2020), os autores procuraram identificar, através da metodologia da FAO/Incrá e com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, se houve estabilização ou declínio da agricultura familiar em relação a participação no Valor Bruto da Produção – VPB. Essa metodologia inclui a caracterização do universo familiar com base nos estabelecimentos que atendem algumas condições, como “a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; e que não tenha área superior a uma área máxima regional, estabelecida em quinze módulos fiscais” (GUANZIROLI e CARDIM, 2000 apud. GUANZIROLI; DI SABBATO; BUAINAIN, 2020, p. 191).

Os resultados obtidos através da pesquisa revelaram que houve um declínio na participação total produzido pelo Brasil em relação aos agricultores familiares – AFs. E conforme aponta os autores, “a participação no VBP pelos agricultores familiares [...] vem caindo paulatinamente desde 1996, com uma forte queda experimentada entre 2006 e 2017, que viu sua importância reduzida a 28,24% do total produzido no Brasil” (GUANZIROLI; DI SABBATO; BUAINAIN, 2020, p. 192).

O estudo aponta ainda que as principais regiões que obtiveram maior queda relativa da produção familiar foram na região norte e nordeste, este último pode ser explicado em grande parte pela estiagem de 2012 a 2017, sendo considerada a pior seca já registrada. Agora nas demais regiões, inclusive no Norte, os fatores que podem estar relacionados são justamente o aumento da produção dos agricultores Não Familiares - NFs com o boom das commodities, bem como queda de produção de lavoura temporária como por exemplo do arroz, assim como de outros produtos da lavoura permanente (GUANZIROLI; DI SABBATO; BUAINAIN, 2020).

Além desses fatores, a diminuição da assistência técnica, a baixa produtividade e a disponibilidade de crédito do Pronaf, variáveis de caráter conjuntural que afetam principalmente os agricultores familiares, “[...] somados ao vertiginoso aumento de produtividade dos não familiares (forte mecanização e uso de sementes mais potentes), que parecem explicar o declínio dos AFs em termos de participação no VBP” (GUANZIROLI; DI SABBATO; BUAINAIN, 2020, p. 201).

O trabalho de Teixeira (2019) também utilizou dados do Censo Agropecuário (CA), e comparando o censo de 2017 e de 2006, revelou resultados importantes quanto a realidade do quadro dos estabelecimentos familiares, bem como a produção destes em relação ao total do Brasil. O estudo demonstrou uma redução acentuada no número de estabelecimentos familiares, assim como a queda da sua participação na produção de alimentos importantíssimos para alimentação dos brasileiros (TEIXEIRA, 2019).

Conforme Teixeira (2019, p. 12), “conclui-se que o número de estabelecimentos da agricultura familiar sofreu redução de 10,7%. Foram 468.859 unidades que desapareceram”. Nesse contexto, a região que mais sofreu uma redução em termos absolutos nos estabelecimentos familiares foi o Nordeste com cerca de 348 mil estabelecimentos extintos.

Em relação ao pessoal ocupado de 2006 para 2017, também houve uma queda considerável. Em termos relativos houve uma redução de -18% tratando-se da agricultura familiar (TEIXEIRA, 2019). Em contrapartida, as NFs obtiveram um resultado em sentido contrário, segundo o autor “O pessoal ocupado passou de 4.245.095 em 2006, para 4.989.566 em 2017, com o crescimento do pessoal ocupado

em todas as regiões [...]” (TEIXEIRA, 2019, p. 18). Não obstante, a região que mais se destacou, em termos relativos, foi a região Norte com um crescimento de 64.5% e a região Centro-Oeste com um aumento de aproximadamente de 32%, sendo a expansão do agronegócio na Amazônia a possível explicação para essas mudanças observadas (TEIXEIRA, 2019).

Em relação às lavouras temporárias, a conclusão é similar, de redução, conforme o autor “O CA 2017 registrou a expressiva redução da área com lavouras temporárias nos estabelecimentos familiares”, o que torna ainda mais preocupante, pois “[...] as lavouras temporárias incluem alimentos essenciais da mesa dos brasileiros” (TEIXEIRA, 2019, p. 14).

Soma a isso, a queda na produção orgânica de alimentos alerta para as mudanças ocorridas na alimentação brasileira. Segundo Teixeira (2019), a redução comparando 2017 com 2006 foi de aproximadamente 29%, e a explicação para o aumento no uso de agrotóxicos destacado pelo autor refere-se ao crescimento do Pronaf.

Tão logo, o autor conclui demonstrando certa preocupação em relação aos fenômenos observados no Censo Agropecuário de 2017, uma vez que é encontrada informações que demonstram a dificuldade de democratização do campo bem como os aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional para população brasileira (TEIXEIRA, 2019).

De acordo com documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN - Lei no 11.346, de 15 de julho de 2006), SAN é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (PINHEIRO, 2008).

A segurança alimentar é uma importante questão a ser vista na região oeste do Pará, onde muitas comunidades dependem da produção local para garantir o acesso a alimentos. De acordo com Lemos (2015), a população de comunidade rural baseia sua alimentação em produtos cultivados localmente, incluindo frutas, hortaliças e peixes de água doce. Essa produção local desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar dessas comunidades, proporcionando o acesso a alimentos frescos e nutritivos.

Além de proporcionar uma alimentação adequada, preserva hábitos culturais concernentes à alimentação de determinada região (SAMBUICHI *et al.*, 2019). A alimentação com base no que se produz localmente contribui para a promoção da resiliência das comunidades que se defrontam com desafios das últimas décadas, como a globalização. Ao se cultivar para o consumo além da venda, as comunidades desenvolvem uma base alimentar adaptada às condições locais e às tradições culturais, o que favorece a criação de um sistema alimentar mais sustentável e autossuficiente que diminui a dependência de alimentos importados podendo também potencializar a capacidade de enfrentar crises alimentares (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

Conforme aponta o estudo de Silva (2018), a presença de supermercados pode aumentar o acesso a alimentos processados e industrializados, muitas vezes com baixo valor nutricional, o que pode levar a escolhas alimentares menos saudáveis, portanto, pouco contribuem para combater a insegurança alimentar.

O acesso dos produtores familiares a políticas de crédito, seguro rural e tecnologias agrícolas modernas, juntamente com a falta de integração aos mercados de commodities, pode levar à especialização na produção, resultando em uma maior dependência dos agricultores familiares da renda monetária para obter uma variedade mais ampla de alimentos (SAMBUICHI *et al.*, 2014b). Isso os

expõe aos riscos associados às flutuações nos preços dos alimentos e na renda agrícola, uma vez que, em muitos casos, a renda desses pequenos produtores é insuficiente para garantir uma alimentação adequada e saudável.

Como consequência, essa dependência pode induzir mudanças nos padrões alimentares, reduzindo a diversidade da dieta e incentivando o consumo de itens ultraprocessados e de menor qualidade nutricional, que geralmente são mais acessíveis financeiramente. A importação de alimentos para suprir as necessidades nutricionais domésticas também pode contribuir para a insegurança alimentar, principalmente em países em desenvolvimento (PELLEGRINI; TASCIOTTI, 2014).

Estudos de Insegurança Alimentar, compreendida a partir do conceito amplo que diz respeito a garantia de que todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para uma vida ativa e saudável, a partir de indicadores como a EBIA (Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar) têm sido realizados no Brasil desde a sua validação, em 2003, e posterior inclusão na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, sendo considerado instrumento para a geração de indicador direto de medida domiciliar de segurança alimentar. Mesmo que essa medida seja um importante indicador, entende-se que a segurança alimentar de um território vai além da garantia do acesso aos alimentos, mas contempla a equidade no uso dos territórios e na definição dos modelos de produção, buscando, portanto, garantir a justiça social (LEMOS, 2015).

3. O contexto de Santarém, Região do Baixo Amazonas

A Região do Baixo Amazonas, situada na Amazônia Brasileira no Estado do Pará, é composta pelos municípios paraenses Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa (FAPESPA, 2024). A região apresenta uma rica diversidade tanto em termos de ecossistemas quanto de produção agrícola. Muitos desses municípios também possuem produção pecuária, seja de produção bovina como de aves e atividades relacionadas à mineração.

Em relação a cidade de Santarém, o município compreende uma área de 17.898,389 km² com uma população estimada de 331.942 habitantes (IBGE, 2023). Para tanto, uma das curiosidades que atrai turistas para a região santarena é o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas, podendo ser visto da orla da cidade, que também é chamada tradicionalmente de “Pérola do Tapajós”.

Segundo o IBGE (2023), o município de Santarém no ano de 2021 apresentou um PIB *per capita* de 20.725,66 reais, e como uma das principais cidades, desempenha um papel central nesse contexto, servindo como um importante centro urbano e comercial. O setor de comércio e serviços é uma das maiores participações no PIB (FAPESPA, 2021).

O município, além de possuir sua produção voltada para a pecuária, seja de produção bovina como de aves, e para a agricultura, possui uma logística mais beneficiada por sua localização, o que contempla rios e rodovias, logo, se torna um uma cidade estratégica para o escoamento da produção de grãos quando vendidos ainda in natura, tanto da produção local ou de regiões próximas e outros Estados, como Mato Grosso, devido seu potencial portuário e ser multimodal.

De acordo com dados fornecidos pelo (IBGE 2023) em seu Censo Agropecuário de 2017, observou-se que a região Oeste do Pará é marcada por uma expressiva presença de estabelecimentos agropecuários, com destaque para a agricultura familiar. A pesquisa do IBGE revelou que a agricultura familiar é responsável por uma parte substancial da produção agrícola da região, com a cultura da mandioca, por exemplo, ocupando uma posição de destaque na produção de alimentos.

Contudo, essa região também tem visto um aumento significativo na produção de commodities agrícolas, como a soja e o milho, que são destinados principalmente ao mercado internacional. Dados do IBGE (2023) indicam que a produção de soja tem crescido nas últimas décadas na região Oeste do Pará, devido ao avanço do agronegócio na área.

4. Metodologia

A pesquisa realizada possui caráter qualitativo realizada a partir de uma revisão bibliográfica, pesquisa de campo para as observações no supermercado e na feira e quantitativa realizada através de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/SIDRA (2023). O levantamento foi feito a partir das pesquisas do Censo Agropecuário de 2017 sobre os estabelecimentos agropecuários, e a partir das pesquisas sobre a Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) para a região de Santarém-PA.

O Censo Agropecuário (CA) fornece informações sobre o total de estabelecimentos agropecuários bem como suas características e áreas, características do produtor, pessoal ocupado, aspectos econômicos, pesquisa sobre pecuária, aquicultura e produção vegetal. A PAM fornece informações sobre a quantidade produzida, áreas plantadas e colhidas, rendimentos e valor da produção, e a PPM caracteriza o efetivo de rebanhos e a produção da aquicultura (IBGE, 2023).

A análise descritiva dos dados a seguir servirá para levantarmos questões sobre a produção rural na região santarena. Sendo assim, utilizando dados secundários do IBGE/SIDRA (2023), no intervalo de 2011 a 2021, foram selecionados 13 produtos das lavouras temporárias e permanentes da agricultura, a partir da Produção Agrícola Municipal (PAM), considerando maior relevância em termos de área colhida por hectare. Na pecuária, através da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), foram selecionados dados restringindo-se a quatro efetivos de rebanhos: bovino, galináceos, ovino e suíno. Para os estabelecimentos agropecuários foram encontrados dados de 2017 atualizados até 2020, conforme o Censo Agropecuário.

Para os cálculos das taxas de crescimento foi utilizado a fórmula:

$$\text{Taxa de Crescimento} = \frac{\text{Produção por Hectare}_{\text{ano final}} - \text{Produção por Hectare}_{\text{ano inicial}}}{\text{Produção por Hectare}_{\text{ano final}}} \quad \text{Equação (1)}$$

5. Resultados e Discussões:

Feita a análise, observou-se que:

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários de Lavoura-Temporária (2017)

Município	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Belterra (PA)	62	256
Mojú dos Campos (PA)	116	1177
Santarém (PA)	793	5221

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Censo Agropecuário.

No município de Santarém, em 2017, havia 5.221 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar em relação a lavoura temporária, e 793 estabelecimentos agropecuários de agricultura não

familiar. Em relação aos municípios próximos, verifica-se uma presença significativa da agricultura familiar em termos de estabelecimentos familiares de produção temporárias (Tabela 1).

Tabela 2 - Número de Estabelecimentos Agropecuários de Lavoura-Permanente (2017)

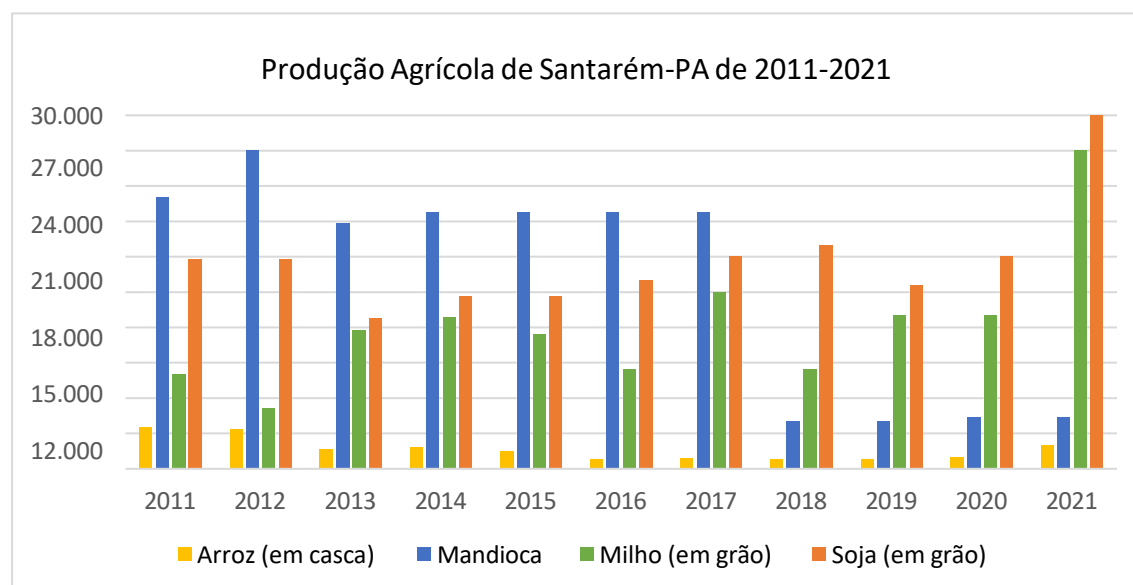
Município	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Belterra (PA)	80	278
Mojuí dos Campos (PA)	77	912
Santarém (PA)	347	2254

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Censo Agropecuário.

Em relação a lavoura permanente havia 2.254 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, e 347 estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar. Ainda, pode ser observado a diferença significativa entre o número de estabelecimentos familiares e não familiares mesmo com lavoura permanente.

Ademais, em relação aos dados da agricultura municipal foram feitas as seguintes observações:

Gráfico 1 – Produção Agrícola de Santarém-PA por Área colhida (Hectares) de 2011-2021



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Produção Agrícola Municipal.

No município de Santarém, os produtos que mais se destacaram em termos de área colhida por hectare no ano de 2011 a 2021 foram a mandioca, a soja, o arroz e o milho (Gráfico 1). A região colheu 23 mil hectares de cultivo da mandioca em 2011, sendo o maior produto cultivado no período até o ano de 2017, seguida pelo cultivo da soja com 17,8 mil hectares. A colheita do milho foi de 8 mil hectares, e o arroz chegou a 3,5 mil hectares por área colhida no mesmo período de 2011. Já no ano de 2021 a região colheu 30 mil hectares de cultivo da soja, sendo o maior produto cultivado no período a partir de 2018, seguida pelo cultivo do milho com 27.000 hectares. A colheita da mandioca foi de 4,4 mil hectares, e o arroz chegou a 2 mil hectares por área colhida.

Tabela 3 - Produção Agrícola de Santarém-PA por Área colhida (Hectares) com Crescimento Positivo de 2011-2021

Produtos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Soja (em grão)	17.800	17.800	12.725	14.660	14.660	16.000	18.000	19.000	15.530	18.000	30.000
Milho (em grão)	8.000	5.100	11.750	12.828	11.428	8.400	15.000	8.400	13.000	13.000	27.000
Pimenta-do-reino	100	100	60	60	60	48	48	58	118	168	168
Açaí	-	-	-	-	31	31	31	31	56	56	56

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Produção Agrícola Municipal.

No período de 2011 a 2021, a produção que obteve um crescimento positivo foi o cultivo da soja, do milho, da pimenta-do-reino e a produção de açaí (Tabela 3). Neste último, por não haver dados de 2011 a 2014, o crescimento foi obtido a partir de 2015. A soja cresceu cerca de 69% no período analisado, mais que dobrando sua área colhida, enquanto o milho cresceu cerca de 238% da área plantada e efetivamente colhida. Apesar do bom resultado, em 2016 e 2018 a colheita do milho foi menor. A pimenta-do-reino, ainda que uma área menor de plantio, cresceu 68%. A partir de 2019, é que a área começa a crescer fazendo com que o resultado dobre comparado aos anos anteriores. O Açaí obteve crescimento de cerca de 80%.

Sem dúvida a soja lidera por área colhida por hectare em 2021, o resultado foi obtido a partir de 2018 quando a produção da mandioca cai consideravelmente, e de 2020 a 2021 o cultivo dobra. A média era de 16,4 mil hectares até 2020 e passa somente em 2021 a possuir uma colheita de 30 mil hectares. Não obstante, observa-se que o resultado do milho, que aumentou nos anos que se passaram em relação a área plantada e colhida com uma média de 10,7 mil hectares até 2020, foi muito acima da média, principalmente nos últimos anos da análise, chegando em 2021 com uma colheita de 27 mil hectares.

Tabela 4 - Produção Agrícola de Santarém-PA por Área colhida (Hectares) com Crescimento Negativo de 2011-2021

Produtos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Abacaxi	125	150	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Feijão (em grão)	1.150	1.150	825	825	825	825	175	450	145	145	145
Mandioca	23.000	27.000	20.790	21.770	21.770	21.770	21.770	4.000	4.000	4.400	4.400
Melancia	350	400	300	300	300	300	300	100	100	91	110
Banana	180	180	110	85	85	40	40	40	40	60	60

Laranja	214	214	150	150	150	80	80	80	90	90	90
Limão	85	85	43	43	43	26	26	26	36	36	36
Mamão	45	45	24	40	29	25	25	25	20	20	20
Arroz (em casca)	3.500	3.325	1.663	1.850	1.480	800	900	800	800	950	2.000

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Produção Agrícola Municipal.

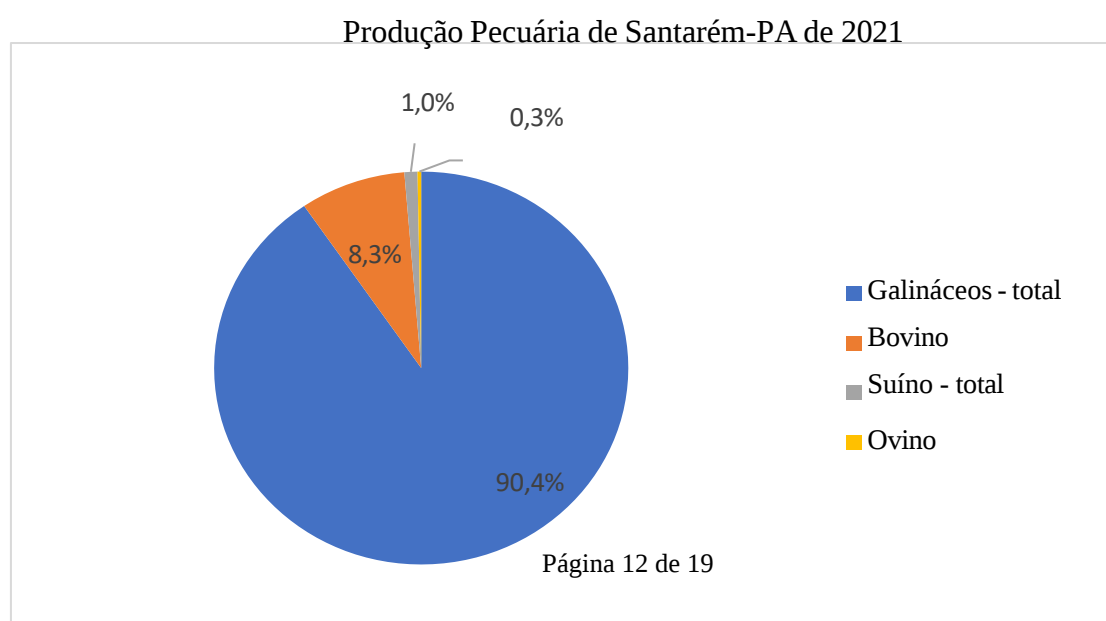
De 2011 a 2021, observa-se que muitos produtos decresceram, entre eles o cultivo do feijão, da mandioca, da melancia, e da banana (Tabela 4). O feijão e a banana obtiveram resultado negativo, decrescendo aproximadamente -87% e -67% respectivamente no período. De 2011 a 2017, a produção da mandioca se manteve na média, e a partir de 2018 houve queda chegando a cair cerca de -81%, até o ano de 2021. O cultivo da melancia caiu mais que a metade a partir de 2018, totalizando uma queda de cerca de -69% 2011 a 2021. Da mesma forma, a laranja, o limão, o mamão e o arroz também obtiveram um decrescimento em média de -54%.

Em termos absolutos, a mandioca sofre uma baixa muito grande em sua área de plantio a partir de 2018 como já dito, passando de uma média de 22,5 mil hectares para 4,2 mil hectares. O arroz caiu cerca de 3,5 mil hectares de 2011 para 800 hectares a partir de 2016.

O cultivo do abacaxi foi o que teve maior queda em sua produção em termos relativos, chegando a um resultado negativo de aproximadamente -94%. A partir de 2013, a produção santarena do fruto mantém-se em 7 hectares, no entanto, isso se deve principalmente às mudanças territoriais com a emancipação do município de Mojuí dos Campos, região na qual a produção de abacaxi é concentrada.

Seguindo para os dados da pecuária municipal, observa-se os seguintes pontos:

Gráfico 2 - Percentual da Produção Pecuária de Santarém-PA em 2021

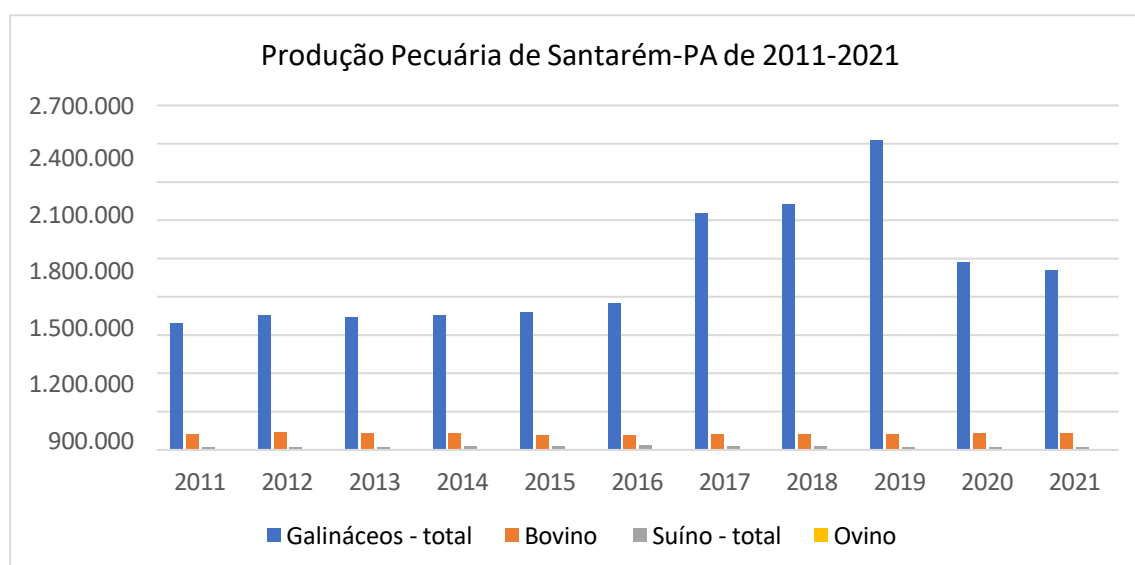


Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal.

Na região, as duas produções que se destacam em relação a quantidade de cabeças de rebanho efetivo são: galináceos e bovino. Em 2021, o rebanho de galináceos estava em cerca de 1,4 milhões de cabeças, representando cerca de 90% da produção considerando os quatros rebanhos analisados (Gráfico 2). Enquanto isso, o rebanho bovino era de aproximadamente 12,8 mil cabeças, o que representava cerca de 8%.

Das regiões vizinhas, a cidade de Itaituba no ano de 2021 obteve o maior número de efetivo de rebanho de bovino com 342.732 cabeças, ultrapassando Santarém. Assim também a cidade de Belterra obteve um rebanho de galináceos de 1.187.892 cabeças em 2021, ficando bem próximo de Santarém.

Gráfico 3 - Produção Pecuária de Santarém-PA por Efetivo dos rebanhos (Cabeças) de 2011- 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados extraídos do IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal.

O efetivo de rebanho de galináceos vem aumentando ao longo dos anos até 2019, e apesar da queda nos anos seguintes, o crescimento foi de aproximadamente 41% no período. O rebanho que também obteve um crescimento positivo foi o de ovino, crescendo cerca de 10%. O rebanho bovino também cresceu relativamente pouco em cerca de 8%. Da mesma forma, o rebanho de suíno cai relativamente menos que -23%. O número de aves foi de 995.400 em 2011 para 1.404.027 em 2021. De longe, foi o rebanho que mais cresceu, obtendo assim o melhor resultado.

Em termos absolutos, a produção de suíno caiu de 20.410 em 2011 para 15.770 em 2021, o que representa uma produção muito abaixo da média nos anos anteriores de 23.862 cabeças. Nenhuma das produções analisadas apresentou característica distinta, a não ser pelo número de aves que cresceu consideravelmente.

6. Comparações entre as observações feitas no Supermercado e na Feira da Cohab

a) Questões Gerais

A visita foi realizada na Feira da Cohab, é uma feira local de bairro localizada na Av. Curuá-una em Santarém-PA, mas bastante movimentada pelos consumidores. O espaço é aberto que funciona na sexta-feira (04hrs até as 22hrs) e no sábado (04hrs até as 13hrs). No local há um estacionamento ao redor, açougue, bar e lanchonete que também ficam anexados à feira. As bancas usadas pelos feirantes são de madeira e cobertas de lonas, todas iluminadas com os fios que perpassam entre as barracas. A taxa cobrada pela utilização das barracas é de 5 reais por dia. O meio de pagamento utilizado pelos feirantes nas vendas é em dinheiro e através de PIX.

Os produtores são associados à Associação de Produtores Rurais de Santarém – APRUSAN, na qual organizam-se coletivamente e recebem apoio. O transporte utilizado pelos produtores familiares é, em parte, veículos dos próprios produtores e, em parte, transporte público como no caso das linhas de ônibus urbanos.

No supermercado Atacadão (pertencente ao Grupo Carrefour Brasil), localizado na Av. Fernando Guilhon em Santarém-PA, possui um espaço fechado climatizado com estacionamento próprio que funciona de segunda a sábado das 7h00 às 22h00 e aos domingos das 7h00 às 18h. O local oferece internamente um espaço para lanche. Os principais serviços oferecidos são o de varejo e atacado de produtos alimentícios e não alimentícios. O mercado oferece cartão próprio e outras formas de pagamento: cartão crédito e débito de diferentes bandeiras, transferências tipo PIX e dinheiro em espécie.

Dentre os produtos oferecidos no supermercado, o setor de bebidas alcoólicas e não alcoólicas é o que tem o maior número de produtos variados oferecidos, alguns de origem local e a maior parte tem origem de fora do Estado.

b) Classificação

Na feira pode-se encontrar uma variedade de produtos locais e algumas preparações culinárias, e a inexistência de produtos processados e ultraprocessados (industrializados), bem como de produtos orgânicos certificados.

Por conseguinte, o supermercado dispõe de um espaço dedicado a hortifruti com variadas opções de frutas, legumes e verduras da região e de fora. É possível encontrar produtos industrializados oferecidos de forma similar aos produtos regionais como a goma da tapioca, farinha de mandioca, tucupi entre outros.

Na entrada do supermercado havia alimentos minimamente processados e processados, alguns bem próximos da validade e com o preço reduzido. Assim como nos “Caixas” havia produtos industrializados, como por exemplo doces e chocolates, que se mostraram atrativos para a compra enquanto os consumidores aguardavam na fila para pagar suas compras.

No setor de bebidas é possível encontrar marcas de refrigerantes que possuem em seus rótulos observações quanto às informações nutricionais e algumas especificações, por exemplo, “produto transgênico”, “não contém glúten” “contém conservantes”, e “Light”.

c) Origem dos Produtos

Os produtos locais encontrados na feira, em sua maioria, são provenientes da região chamada Chapadão, uma comunidade localizada na Rodovia Santarém Curuá-una (PA-370). Outras comunidades também contribuem com a produção local como Cipoal, Santa Rosa, Paxiúba (Município de Mojuí dos Campos), Ramal do Gato, Estrada Nova, Boa Esperança, Ituiqui, Água Fria, São Raimundo e Baixa D'Água (Município de Mojuí dos Campos).

Os feirantes comercializam uma variedade de hortifruti incluindo frutas, legumes e verduras, como abacaxi, limão, tangerina, banana, melancia, maracujá, repolho, alface, cará, pepino, batata doce (branca), coco, cheiro-verde, tomate, cenoura, entre outros. Na feira também pode ser encontrado farinha com coloração amarela (corante do pão), castanha, diversos condimentos, polpa de frutas com variedades de sabores, ovos, feijão branco, e produtos processados artesanalmente, no caso da goma de tapioca, molho de pimenta, tucupi (doce e azedo), piracuí etc.

Pelo horário da visita de campo à noite, não foi possível ser visto a comercialização de pescado. Não obstante, também não é comercializado dentro da feira carnes in natura e aves.

No supermercado Atacadão, muitos produtos são provenientes de outros Estados brasileiros como Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Ceará, e poucos são da região de Santarém, Castanhal e Santa Maria do Pará (hortifruti). E alguns são importados como o pescado que vem de Portugal.

Há uma grande variedade de alimentos de “cesta básica” não perecíveis como arroz, feijão, macarrão, óleos, café e muitos outros. As principais marcas de arroz e feijão são: Solito, Tio Chico, Dona Dê e Kikaldo. É possível encontrar a farinha de mandioca, farinha da tapioca e a goma da mandioca de origem paraense e a alface hidropônico também da região (Santarém). O queijo, de vaca e búfala, em grande parte é de Minas Gerais. Havia pouca presença de sucos de frutas naturais em polpa, podia ser encontrado até 100g da marca Brasfrut.

Na área destinada aos produtos hortifruti pode-se encontrar legumes e verduras, embora não seja possível identificar suas origens de forma precisa, como o tomate, cebola, batata, batata doce, beterraba, cheiro verde, cenoura, entre outros. Muitas frutas já estavam sendo comercializadas em embalagem como a uva, melão, maçã, kiwi, morango, e etc. Aparentemente podia ser percebido a melhora da estética de forma artificial, pois estavam “brilhosos”. Havia ovos da marca Mantiqueira de origem Mato-grossense.

O ambiente não dispõe de açougue, mas disponibiliza um setor de alimentos congelados onde pode-se encontrar variedade de cortes de aves, bovinos, suínos, peixes, legumes e verduras, além de polpa de frutas e frutas congeladas. As marcas mais presentes dos frios são Copacol, Aurora, Lar, Nobre, Superfrango, Friato, Seara, e os tipos de peixes são de água salgada como Tilápia, Salmão, Manjuba, Sardinha, Corvina, Bacalhau. Fora do setor alimentício, há produtos de limpeza e higiene, papelaria, eletrônicos e utensílios gerais para o dia a dia.

7. Considerações Finais

Este estudo buscou analisar as transformações nos hábitos alimentares da população de Santarém (PA), com ênfase no impacto do varejo, representado por grandes redes de supermercados, sobre o consumo de alimentos locais, especialmente os provenientes da

agricultura familiar. A pesquisa evidenciou que a chegada desses estabelecimentos tem alterado significativamente a dinâmica de abastecimento alimentar na região, favorecendo produtos industrializados e de origem extrarregional em detrimento dos cultivos tradicionais.

Os dados do Censo Agropecuário (2017) e das pesquisas do IBGE revelam um cenário preocupante: a agricultura familiar, embora ainda represente uma parcela significativa dos estabelecimentos rurais em Santarém, vem perdendo espaço na produção agrícola municipal. Cultivos essenciais para a segurança alimentar local, como mandioca, feijão e frutas regionais, apresentaram declínio acentuado entre 2011 e 2021, enquanto *commodities* como soja e milho expandiram sua área plantada, refletindo a influência do agronegócio. Essa mudança na produção impacta diretamente a disponibilidade de alimentos frescos e diversificados para a população urbana.

A comparação entre a Feira da Cohab e o supermercado Atacadão ilustra claramente as diferenças nos padrões de consumo. Enquanto a feira prioriza produtos locais e da agricultura familiar, com menor presença de processados, o supermercado oferece predominantemente alimentos industrializados e de outras regiões do país, muitas vezes com preços mais acessíveis e maior conveniência para o consumidor urbano. Essa dualidade reflete tendências globais de urbanização e homogeneização alimentar, que podem comprometer a diversidade nutricional e cultural da dieta local.

Além disso, a pesquisa destacou desafios relacionados à segurança alimentar e nutricional. A redução da produção familiar e o aumento do consumo de ultraprocessados podem agravar problemas como má nutrição e dependência de cadeias alimentares externas. Políticas públicas como o PAA e o PNAE são fundamentais para fortalecer a agricultura familiar, mas é necessário ampliar sua efetividade, garantindo acesso a mercados locais e incentivando práticas sustentáveis.

Em síntese, as transformações observadas em Santarém refletem um contexto mais amplo de mudanças nos sistemas alimentares, marcado pela globalização e pela expansão do varejo corporativo. Para reverter essa tendência, são essenciais estratégias que valorizem a produção local, promovam circuitos curtos de comercialização e incentivem o consumo saudável. A manutenção das feiras municipais como espaço de comercialização direta e a regulamentação da publicidade de alimentos ultraprocessados são medidas que podem contribuir para um sistema alimentar mais justo, saudável e sustentável na região.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a relação entre urbanização, hábitos alimentares e segurança nutricional, especialmente em cidades médias da Amazônia, onde a pressão do agronegócio e a expansão do varejo moderno podem acelerar a perda de tradições alimentares e a vulnerabilidade das populações locais. A coexistência entre diferentes modelos de abastecimento deve ser equilibrada, garantindo que o direito humano à alimentação adequada seja respeitado em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ARMANDO, M. S.; BUENO, Y. M.; ALVES, E. R. da S.; CAVALCANTE, C. H. Agrofloresta

para agricultura familiar. **Circular Técnica 16**. Brasília, DF; dezembro, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 17-20 março, 2004.

Brasília: Consea; 2004. BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF, n. 179, Seção 1, 18 de set. de 2006, pág. nº 1, col.1.

MEC - Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa>>. Acesso em: 31/03/2024.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 31/03/2024.

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 31/03/2024.

CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. de O. A produção familiar e os desafios do mercado.

Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: EDUFSC, n. 31, p. 109-131, abr. 2002. CORRÊA, M. L. M.; PIGNATI, W. A.; PIGNATI, M. G.; MACHADO, J. M. H.; LIMA, F. A.

N. de S. &. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1070– 1083, out-dez. 2019.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan-abr. 2009.

CASTRO, J. S.; CUNHA, I. M. **A produção agrícola local e o abastecimento de alimentos em cidades amazônicas: o caso de Santarém (PA)**. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, 2017.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: **Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum**. Rome, FAO, 2023.

FAPESPA – FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. Mapas.

Território. < <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2017/mapas.html>>. Acesso em 12/03/2024.

_____. Relatório: **PIB Municipal 2021**. < https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-PIB-Municipal-2021_Final-1.pdf>. Acesso em 12/03/2024.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; BUAINAIN, A. M. A Evolução da Agricultura Familiar no Brasil (1996-2017). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. Ga. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos de Censo Agropecuário. Brasília: Ipea, 2020. p. 191-203.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed., Campinas, SP: Unicamp-Instituto de Economia, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017, resultados definitivos**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuário.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

IBGE. **IBGE Cidades: Panorama de Santarém-PA**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

_____. **Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

LEMOS, J. de J. S. Efeitos da expansão da soja na resiliência da agricultura familiar no Maranhão. **Revista de Política Agrícola**. v. 24, n. 2, p. 26-37, abr-maio-jun. 2015.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; CINTRÃO, R. P.; TRIBALDOS, T.; JOMALINIS, E. Food Systems and Access to Healthy Food in an Amazonian Context. **Sustainability**. v. 16, ed. 7, 2652, 2024.

MORATOYA, E., CARVALHAES, G., WANDER, A., ALMEIDA, L. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, DF, 22 de mai. de 2013, p. 72-84.

NETO, C. R., SILVA F. de A. C., ARAÚJO, L. V. de. **Artigo - Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?** Embrapa 50 anos. Rondônia, 08 set. 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>> Acesso em 20 de março de 2024.

NEPSTAD, D.; SCHWARTZMAN, S.; BAMBERGER, B.; SANTILLI, M.; RAY, D.; SCHLESINGER, P.; LEFEBVRE, P.; ALCENCAR, A.; PRINZ, E.; FISKE, G.; ROLLA, A. **Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands**. Conservation Biology, 2006, p. 65-73.

PELLEGRINI, L.; TASCIOTTI, L. **Crop diversification, dietary diversity and agricultural income: empirical evidence from eight developing countries**. Canadian Journal of Development Studies/Revue Canadienne d'Études du Développement, v. 35, n. 2, p. 211-227, 2014.

PINHEIRO, A. R. de O. Reflexões sobre o processo histórico/ político de construção da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2008.

SAMBUICHI, R. H. R.; KAMINSK, R.; PERIN, G.; DE MOURA, I. F.; JANUÁRIO, E. S.;

MENDONÇA, D. B.; DE ALMEIDA, A. F. C. Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: Modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da Agricultura Familiar. **Ipea – Texto para Discussão, n. 2482**. Brasília: Ipea, jun. 2019.